

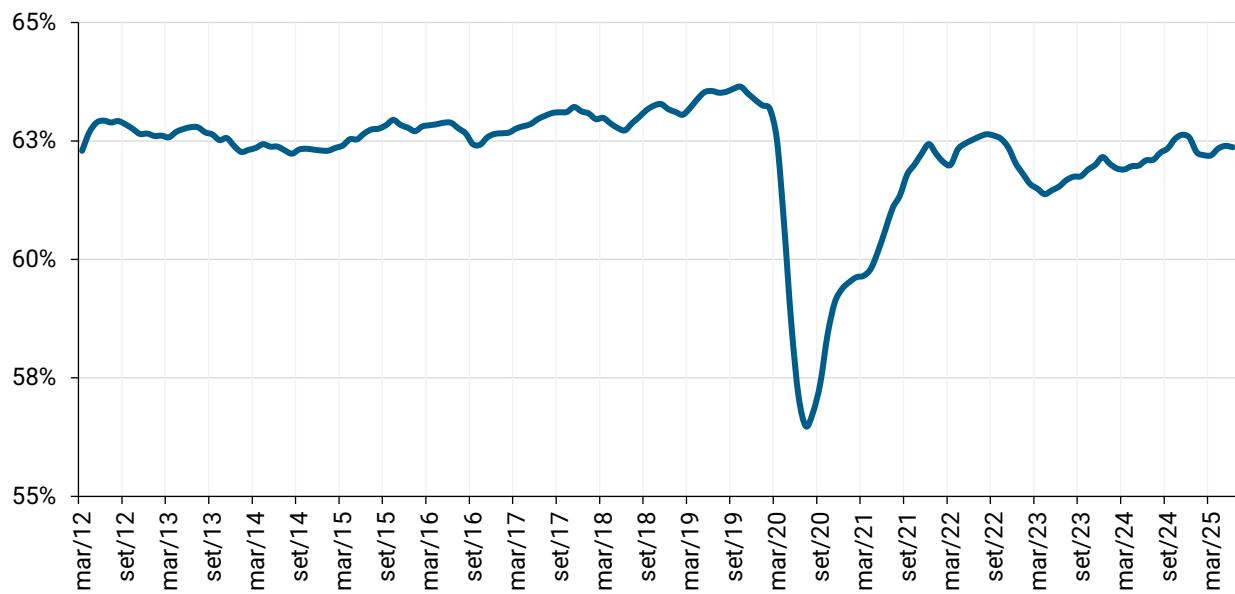
Mercado de trabalho e dinâmica da taxa de participação¹

Rafael Bacciotti

Introdução

A taxa de participação na força de trabalho apresentou trajetória de expansão entre 2012 e 2019. Esse movimento foi interrompido pela pandemia, com queda acentuada até o segundo trimestre de 2020, período de maior intensidade das medidas de distanciamento. A partir do segundo semestre de 2020, houve recuperação gradual até o final de 2021. Desde então, a taxa de participação tem oscilado em nível relativamente estável, sem retornar ao nível pré-2020 (Gráfico 1).

GRÁFICO 1. TAXA DE PARTICIPAÇÃO



Fonte: IBGE. Elaboração: IFI.

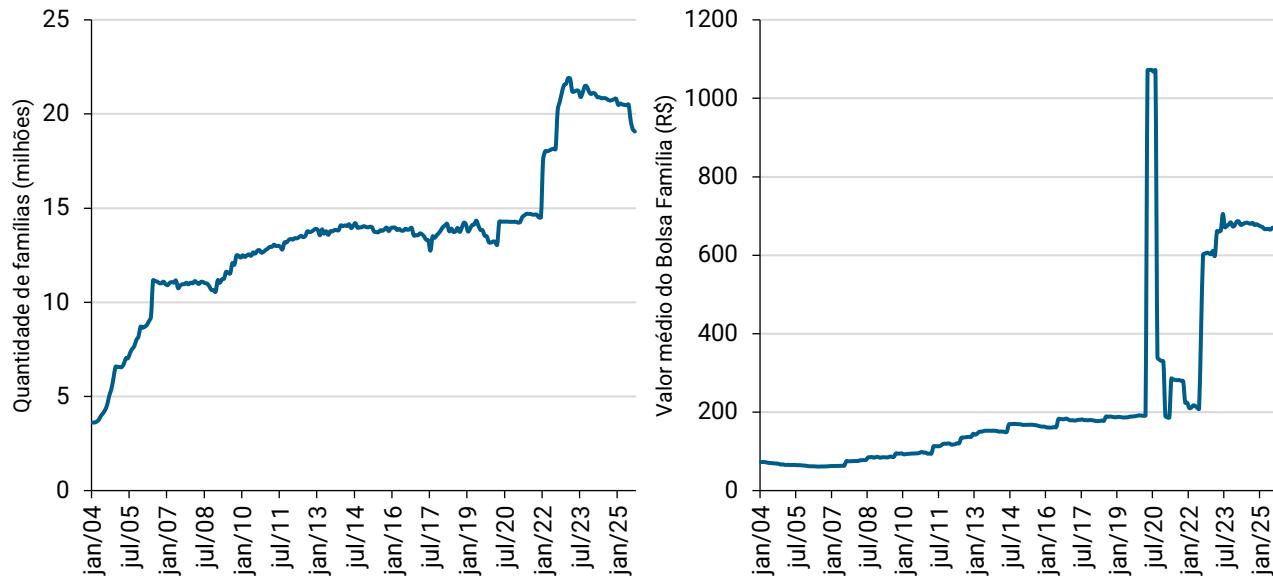
A literatura recente associa a taxa de participação ainda abaixo do nível pré-pandemia à evolução demográfica, que tem ampliado o número de pessoas em faixas etárias de menor participação, e a fatores ligados ao novo patamar dos benefícios sociais, que elevaram o peso das transferências na renda domiciliar.

Entre 2012 e 2019, por exemplo, o Programa Bolsa Família registrava média de 13,7 milhões de famílias beneficiárias; em setembro de 2025, esse número alcançou cerca de 19

¹ Acesse o relatório completo em: <https://www12.senado.leg.br/ifi/publicacoes-1/relatorio/2025/novembro/relatorio-de-acompanhamento-fiscal-nov-2025>.

milhões. O valor médio do benefício passou de R\$ 166 no período pré-pandemia para cerca de R\$ 680 em 2025².

GRÁFICO 2. PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA: FAMÍLIAS BENEFICIÁRIAS E VALOR MÉDIO DO BENEFÍCIO



Fonte: Secretaria de Avaliação, Gestão da Informação e Cadastro Único (SAGICAD). Elaboração: IFI.

O Relatório de Inflação do Banco Central do Brasil, de junho de 2024³, estima que mudanças na estrutura etária explicam cerca de metade do recuo da taxa de participação desde o quarto trimestre de 2019. O mesmo estudo identifica provável efeito da expansão dos benefícios sociais sobre a queda, entre 2022 e 2023, e atribui a alta recente à melhora do mercado de trabalho.

Duque (2024⁴) sugere que o aumento do benefício médio reduziu a oferta de trabalho sobretudo entre jovens, mulheres e trabalhadores de baixa escolaridade. Pires e Silva (2024⁵) apontam que a ampliação dos benefícios contribuiu para a queda da participação

² Em 2020, o Auxílio Emergencial incorporou a maior parte dos beneficiários do Bolsa Família e ampliou a cobertura e o valor das transferências, com término em dezembro daquele ano. Em 2021, houve nova rodada, mais modesta, de Auxílio Emergencial. Em novembro de 2021, o programa foi substituído pelo Auxílio Brasil e, em 2023, renomeado e reformulado como Bolsa Família, mantendo cobertura ampliada e benefícios em patamar superior ao pré-pandemia. Dados da Secretaria de Avaliação, Gestão da Informação e Cadastro Único (SAGICAD), Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome. Disponível em: <https://aplicacoes.cidadania.gov.br/vis/data3/data-explorer.php>.

³ Banco Central do Brasil (2024). "Alterações demográficas e a evolução recente da taxa de participação na força de trabalho". Disponível em: <https://www.bcb.gov.br/content/ri/relatorioinflacao/202406/ri202406b2p.pdf>

⁴ Duque, D. (2024). "Expansão do Bolsa Família desencoraja participação no mercado de trabalho de vulneráveis". Blog do IBRE/FGV. Disponível em: [Transferências reduzem taxa participação, mas efeito se concentra em mulheres e jovens | Blog do IBRE](https://ibre.fgv.br/sites/ibre.fgv.br/files/arquivos/u65/08ce2025_carta_do_ibre.pdf). Ver também a discussão na Carta do IBRE, agosto de 2025, disponível em: https://ibre.fgv.br/sites/ibre.fgv.br/files/arquivos/u65/08ce2025_carta_do_ibre.pdf

⁵ Silva, F. e Pires, L. (2024). "Taxa de participação na força de trabalho e benefícios sociais". Blog do Banco Central. Disponível em: <https://www.bcb.gov.br/noticiablogbc/21/noticia>

entre grupos de menor renda, embora também tenha havido redução entre não beneficiários.

Em sentido oposto, Vale e Soares (2025⁶) encontram um efeito pequeno de redução da probabilidade de participação na força de trabalho entre beneficiários do atual programa Bolsa Família, resultado da saída de ocupações precárias. O estudo sugere que o aumento do benefício estimulou um movimento de “fuga da precariedade”, e não um desincentivo generalizado ao trabalho. Hecksher (2025⁷), com base em evidência internacional, destaca que programas de transferência de renda em geral não produzem efeitos negativos significativos sobre a oferta de trabalho adulta.

Este texto atualiza os indicadores do mercado de trabalho e examina os motivos da inatividade a partir dos microdados da PNAD Contínua disponíveis até o segundo trimestre de 2025. Os dados sugerem que a expansão da inatividade no pós-pandemia tem sido explicada principalmente pelo envelhecimento populacional e pelo aumento do número de pessoas que relatam limitações de saúde.

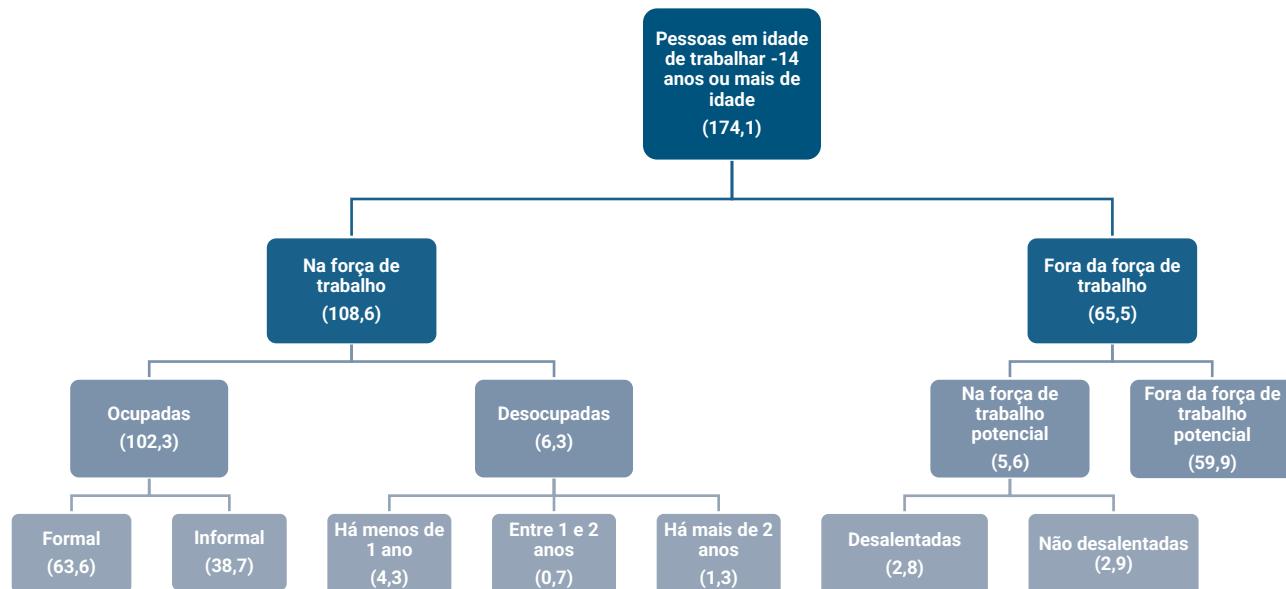
Evolução recente do mercado de trabalho

A Figura 1 apresenta a composição da população em idade de trabalhar (14 anos ou mais), distinguindo quem participa da força de trabalho – ocupados e desocupados – e quem se encontra fora dela, incluindo a força de trabalho potencial e os demais inativos.

⁶ Vale, P.; Soares, S. (2025). “O Efeito do Aumento no Valor das Transferências de Renda sobre a Inserção dos Beneficiários no Mercado de Trabalho: Uma Análise com Dados em Painel da PNAD-Contínua”. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea). Disponível em: <https://repositorio.ipea.gov.br/server/api/core/bitstreams/3cc8fb5b-4d68-4c89-9181-cab684591587/content>

⁷ Hecksher, M. (2025). “Notes on Bolsa Família expansion, employment, and poverty eradication as a national goal”. IPCid/Ipea. Disponível em: <https://ipcid.org/pt/publications/notes-on-bolsa-familia-expansion-employment-and-poverty-eradication-as-a-national-goal/>

FIGURA 1. NÚMERO DE PESSOAS (MILHÕES) EM IDADE ATIVA: 2º TRIMESTRE DE 2025



Fonte: IBGE. Elaboração: IFI.

Segundo a PNAD Contínua, a população em idade de trabalhar alcançou 174,1 milhões de pessoas no segundo trimestre de 2025. Desse total, 108,6 milhões compunham a força de trabalho (população economicamente ativa – PEA), sendo 102,3 milhões ocupadas e 6,3 milhões desocupadas, enquanto 65,5 milhões estavam fora da força de trabalho. Entre os ocupados, 63,6 milhões tinham vínculo formal e 38,7 milhões exerciam atividades informais. No contingente de desocupados, 4,3 milhões buscavam trabalho há menos de um ano e 1,3 milhão estavam nessa condição há mais de dois anos.

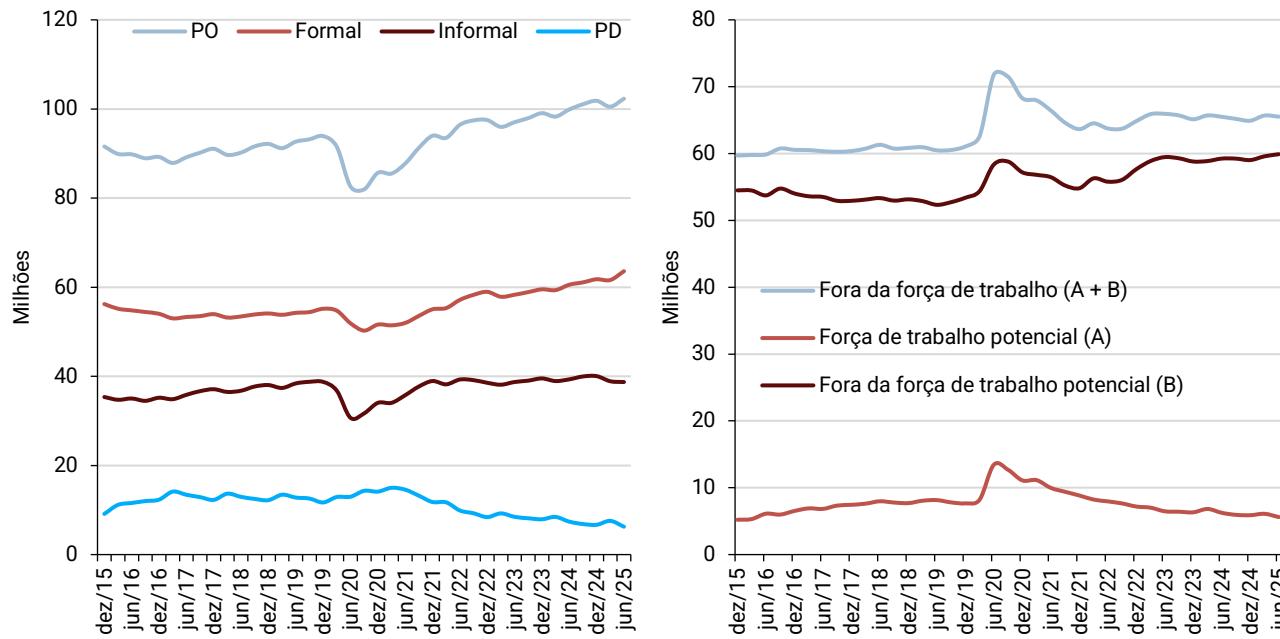
A força de trabalho potencial - pessoas que não estavam ocupadas nem desocupadas, mas apresentavam alguma possibilidade de inserção no mercado - somava 5,6 milhões de pessoas, incluindo 2,8 milhões de desalentados⁸. Outros 59,9 milhões encontravam-se fora dessa força potencial – segmento com vínculos reduzidos com o mercado, caracterizando o componente mais estrutural da inatividade.

Do ponto de vista da dinâmica recente, a ocupação segue em expansão, impulsionada pelo emprego formal. O contingente informal, estável entre 2021 e 2024, iniciou leve recuo. O número de desocupados vem diminuindo de forma consistente, com redução do desemprego de curta e longa duração. A força de trabalho potencial recua, refletindo menor

⁸ Conforme a definição do IBGE, em linha com as práticas internacionais, são consideradas desalentadas as pessoas que estariam disponíveis para trabalhar na semana de referência, mas não buscaram emprego por acreditar que não conseguiriam uma vaga: por não encontrar trabalho adequado, por falta de experiência ou qualificação, por ausência de oportunidades na localidade em que vivem ou por serem consideradas muito jovens ou muito idosas.

desalento. Por outro lado, persiste o aumento do total de pessoas fora da força de trabalho, concentrado entre aqueles fora da força potencial (Gráfico 3).

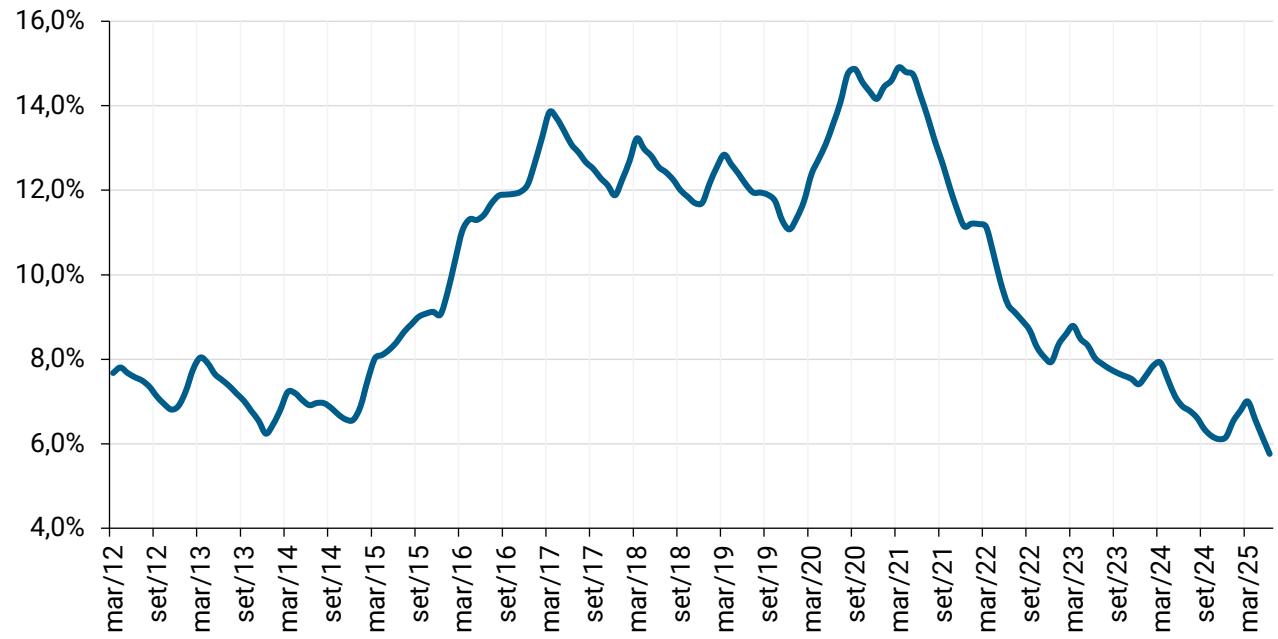
GRÁFICO 3. NÚMERO DE PESSOAS NA FORÇA DE TRABALHO E FORA DELA



Fonte: PNAD Contínua/IBGE. Elaboração: IFI.

A evolução conjunta dessas variáveis ajuda a entender o comportamento da taxa de desemprego (TD), que vem se reduzindo significativamente desde meados de 2021 (Gráfico 4).

GRÁFICO 4. TAXA DE DESEMPREGO



Fonte: PNAD Contínua/IBGE. Elaboração: IFI.

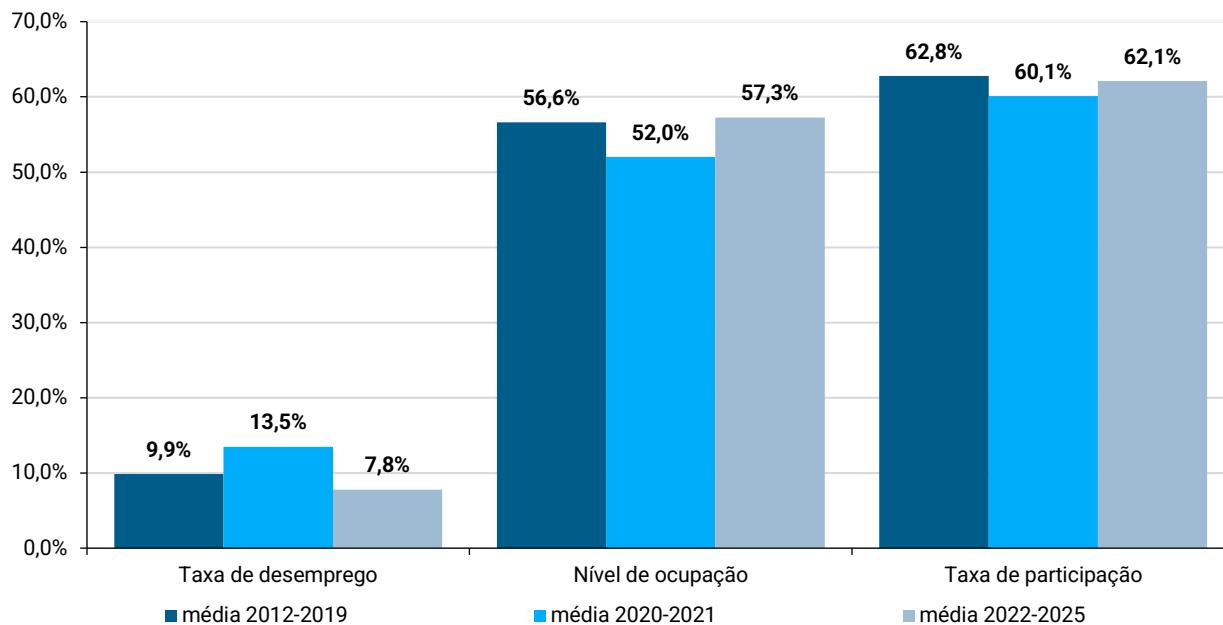
A taxa de desemprego pode ser expressa como uma função do nível de ocupação (NO) e da taxa de participação (TP):

$$TD = \frac{PD}{PEA} = \frac{PEA - PO}{PEA} = 1 - \frac{PO}{PEA} = 1 - \frac{\left(\frac{PO}{PIA}\right)}{\left(\frac{PEA}{PIA}\right)} = 1 - \frac{NO}{TP}$$

Nessa identidade, NO é a razão entre ocupados e população em idade ativa, e TP é a razão entre força de trabalho e população em idade ativa. Assim, a queda da TD pode decorrer tanto do aumento da ocupação quanto da redução da participação, quando uma parcela da população deixa de integrar a força de trabalho.

Entre 2012 e 2019, a taxa de desemprego média foi de 9,9%, subindo para 13,5% em 2020–2021, período mais agudo dos efeitos da pandemia, e recuando para 7,8% em 2022–2025. Nesse mesmo período, o nível de ocupação passou de 56,6% para 52,0% e, em seguida, para 57,3%. Já a taxa de participação caiu de 62,8% para 60,1% e se recuperou parcialmente até 62,1% (Gráfico 5).

GRÁFICO 5. TAXA DE DESEMPREGO, NÍVEL DE OCUPAÇÃO E TAXA DE PARTICIPAÇÃO



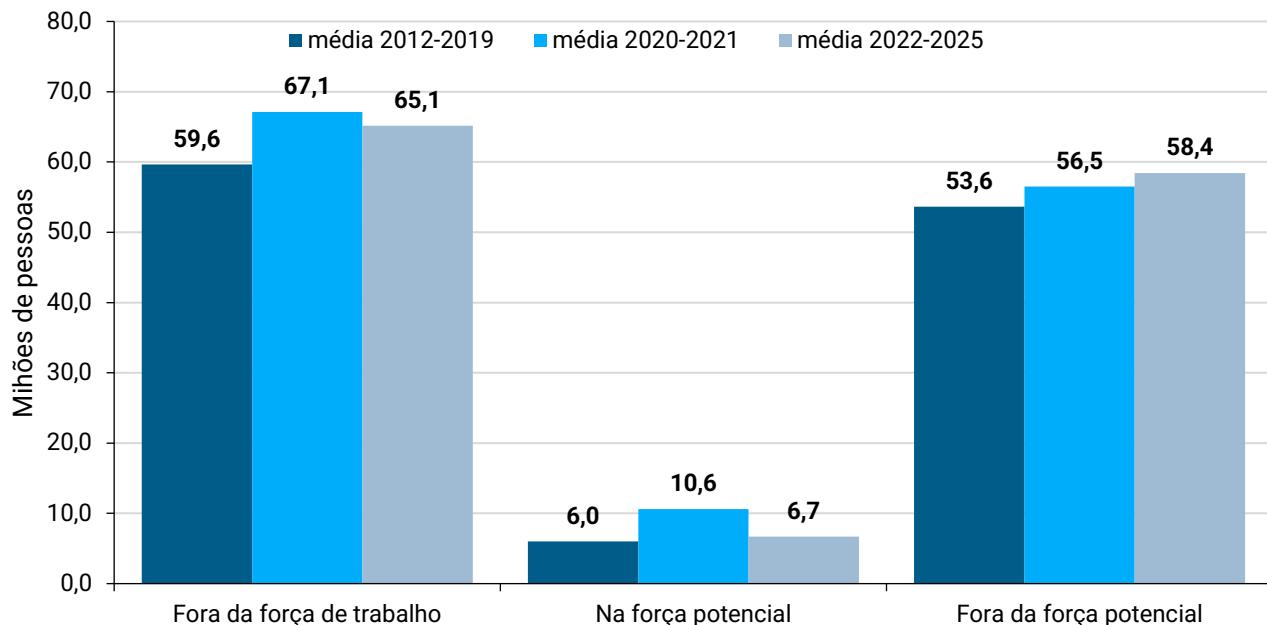
Fonte: PNAD Contínua/IBGE. Elaboração: IFI.

Mantido o nível de ocupação médio de 2022–2025, se a taxa de participação tivesse retornado à média de 2012–2019, a taxa de desemprego seria próxima de 8,8%, e não de 7,8%. Parte da queda recente do desemprego reflete, portanto, a redução da oferta de trabalho.

O comportamento da inatividade reforça essa leitura. O total de inativos passou de 59,6 milhões (2012–2019) para 67,1 milhões (2020–2021) e recuou para 65,1 milhões (2022–2025). Nesse período, a força de trabalho potencial voltou a níveis próximos aos pré-pandemia, enquanto o contingente de inativos fora da força potencial aumentou de 53,6 para 58,4 milhões (Gráfico 6). Ou seja, parte relevante do aumento da inatividade observado

desde 2020 se concentra entre aqueles com vínculos mais frágeis com o mercado de trabalho.

GRÁFICO 6. PESSOAS FORA DA FORÇA DE TRABALHO



Fonte: PNAD Contínua/IBGE. Elaboração: IFI.

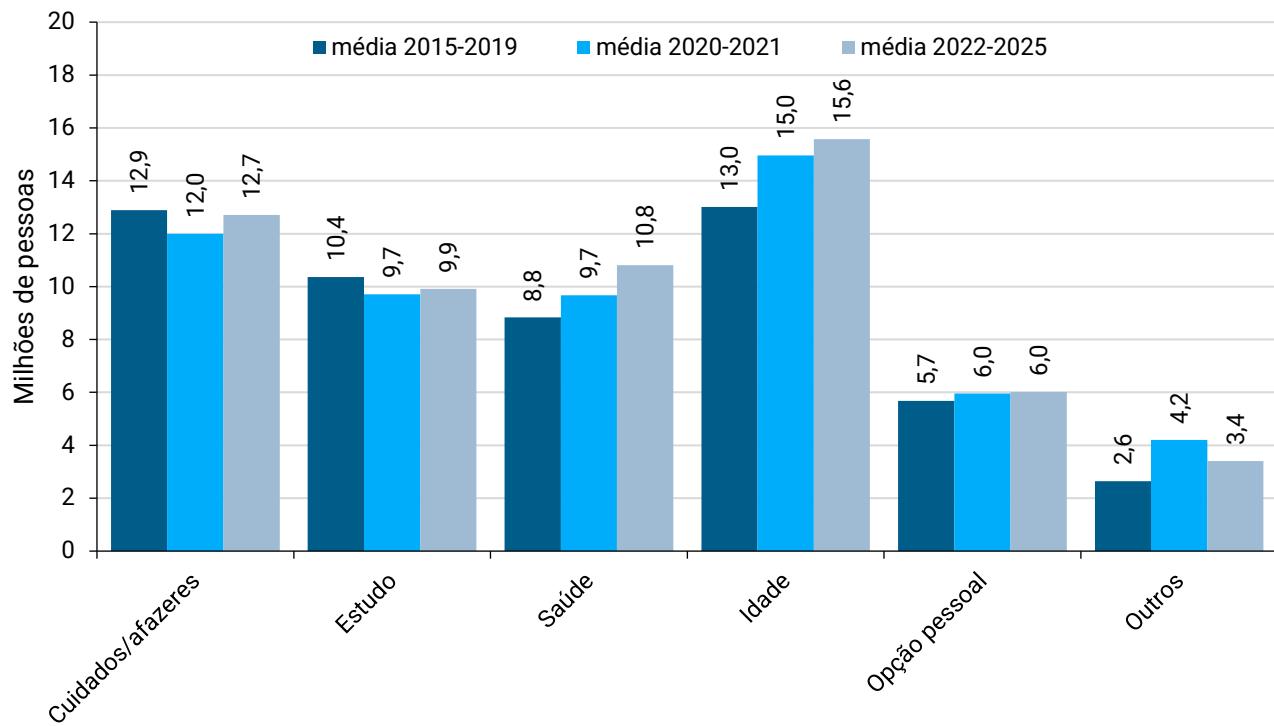
Esse cenário – queda do desemprego, aumento da ocupação e participação ainda abaixo do nível pré-pandemia – reforça a importância de analisar os motivos de inatividade, especialmente entre aqueles fora da força de trabalho potencial.

Motivos por trás da inatividade

Os microdados da PNAD Contínua permitem observar como se altera o perfil dos inativos ao longo do tempo. Para esta análise, utilizou-se a variável VD4030 do dicionário da pesquisa (disponível a partir do quarto trimestre de 2015), que identifica o motivo pelo qual o indivíduo não procurou trabalho, não gostaria de trabalhar ou não estava disponível para iniciar um trabalho.

Considerando as mesmas janelas móveis empregadas na análise agregada, verifica-se que os motivos associados à saúde, à idade avançada e à categoria “outros motivos” concentram a maior parte do aumento recente da inatividade fora da força de trabalho potencial. Em contraste, os motivos relacionados a estudo, cuidados ou afazeres domésticos e opção pessoal permanecem relativamente estáveis ao longo do período (Gráfico 7).

GRÁFICO 7. PESSOAS FORA DA FORÇA DE TRABALHO POTENCIAL, POR MOTIVO



Fonte: PNAD Contínua/IBGE. Elaboração: IFI.

A Tabela 1 detalha essa evolução por grupo etário. Entre pessoas com 14 anos ou mais, a principal razão de inatividade são os estudos, em número ligeiramente inferior ao período pré-pandemia. Entre 25 e 59 anos, predominam cuidados e afazeres domésticos, também em patamar inferior ao de 2015–2019, embora tenha aumentado o número de inativos por questões de saúde. Entre pessoas com 60 anos ou mais, a principal razão é a idade avançada – já acima da média pré-pandemia – com avanço adicional dos inativos por saúde e pela categoria “outros motivos”.

TABELA 1. PESSOAS FORA DA FORÇA DE TRABALHO POTENCIAL, POR MOTIVO E GRUPO ETÁRIO (MÉDIA POR PERÍODO, EM MILHÕES DE PESSOAS)

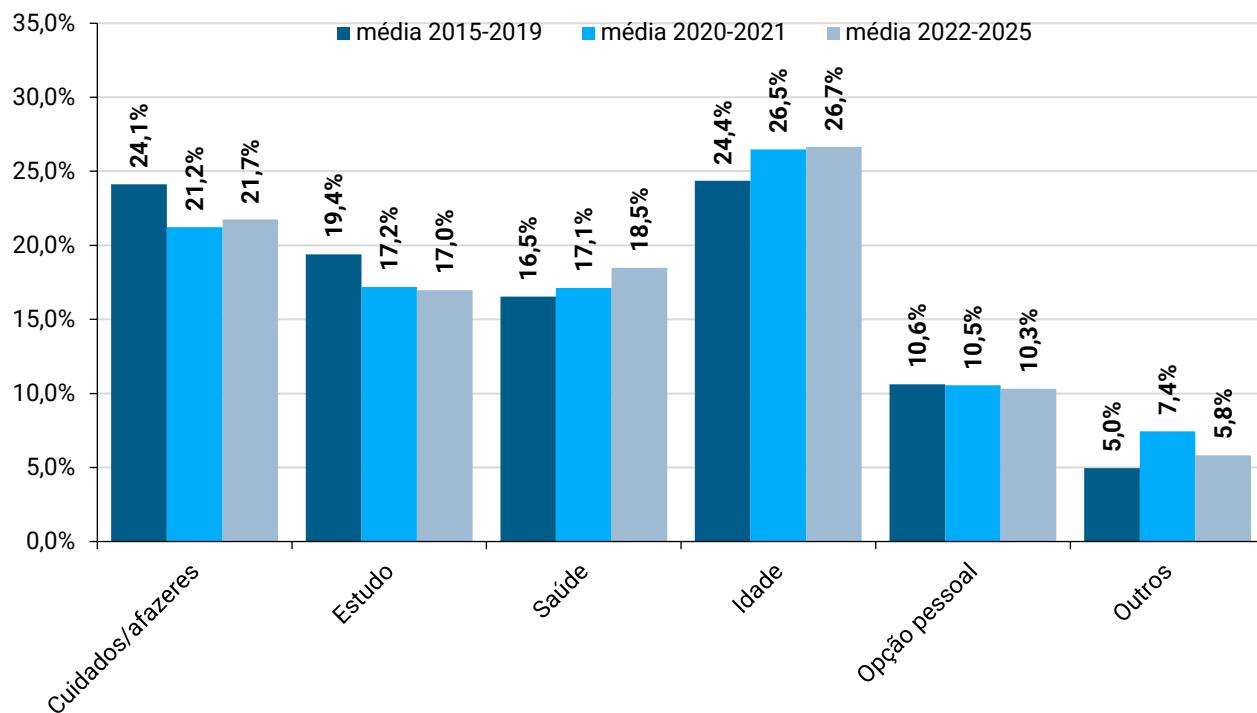
Grupo etário	Período	Cuidados/afazeres	Estudo	Saúde	Idade	Opcão pessoal	Outros
14 +	Média 2015-2019	1.7	9.7	0.8	1.3	0.8	0.4
	Média 2020-2021	1.3	9.1	0.8	1.9	0.5	0.7
	Média 2022-2025	1.4	9.2	0.8	1.8	0.7	0.4
25-59	Média 2015-2019	9.3	0.6	4.7	1.0	2.0	0.9
	Média 2020-2021	8.8	0.6	5.1	0.8	1.8	1.9
	Média 2022-2025	9.2	0.7	5.6	1.0	1.9	1.1

	Média 2015-2019	1.9	0.0	3.5	10.7	3.0	1.3
60+	Média 2020-2021	1.8	0.0	3.8	12.3	3.6	1.7
	Média 2022-2025	2.0	0.0	4.4	12.8	3.4	1.9

Fonte: PNAD Contínua/IBGE. Elaboração: IFI.

A composição relativa reforça esses resultados. A proporção de inativos por idade avançada aumentou de 24,4% (2015–2019) para 26,7% (2022–2025). Entre os motivos relacionados às limitações de saúde, a participação passou de 16,5% para 18,5%; e entre os classificados como “outros motivos”, de 5,0% para 5,8%.

GRÁFICO 8. COMPOSIÇÃO DA INATIVIDADE FORA DA FORÇA DE TRABALHO POTENCIAL, POR MOTIVO (%)



Fonte: PNAD Contínua/IBGE. Elaboração: IFI.

A PNAD Contínua trimestral não dispõe de uma categoria específica para identificar se a inatividade está associada ao recebimento de benefícios sociais. Assim, eventuais efeitos dos programas de transferência podem aparecer de forma difusa entre os motivos declarados – possivelmente em “opção pessoal”, “cuidados/afazeres” ou “outros motivos” –, o que limita a capacidade de mensurar diretamente esse canal.

Considerações finais

A análise dos motivos de inatividade evidencia o peso crescente dos fatores estruturais na taxa de participação ainda abaixo do nível pré-pandemia. Desde 2019, cresce de forma

contínua o número de pessoas fora da força de trabalho por razões de saúde e idade avançada — grupos com menor probabilidade de ingresso no mercado.

A existência de um componente estrutural crescente tem implicações relevantes. Uma taxa de participação persistentemente menor reduz o PIB potencial, limita o crescimento da oferta de trabalho e afeta projeções de longo prazo. Avançar no diagnóstico desses fatores pode subsidiar políticas de saúde, prevenção de incapacidades e apoio à empregabilidade, contribuindo para mitigar perdas de capacidade produtiva e ampliar o contingente de pessoas aptas a ingressar ou retornar ao mercado de trabalho.